

Igreja Católica

AME P-5

CNBB escolhe 4 bispos para defender propostas

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já definiu os nomes dos quatro bispos que defenderão, na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, as propostas sobre educação, ordem econômica, liberdade religiosa e família que a entidade entregou ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), em 29 de julho último, com um total de 1.761.519 assinaturas de eleitores. Os defensores das propostas utilizarão, em data ainda indefinida, os vinte minutos regimentais para seus discursos.

A proposta da CNBB sobre educação —subscrita por 749.856 eleitores— será defendida por d. Cândido Padin, 72, bispo de Bauru (335 km a oeste de São Paulo), coordenador da Comissão de Acompanhamento ao Congresso Constituinte da CNBB.

O defensor da proposta sobre estabilidade familiar (que enfatiza o "direito à vida", desde a fase intra-uterina até à morte, e que



recebeu as assinaturas de 515.820 eleitores) será d. Benedito Ulhoa Vieira, 67, arcebispo de Uberaba (460 km ao sul de Belo Horizonte-MG), ex-vice-presidente da CNBB (1983/87) e ex-bispo auxiliar de São Paulo. A proposta sobre ordem econômica —apresentada com 283.381 assinaturas— será defendida pelo bispo de Afogados da Ingazeira (375 km a oeste de Recife-PE), d. Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, 63, ex-coordenador da Pastoral Rural no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A ênfase da proposta é a prevalência do trabalho sobre o capital.

Já a proposta sobre liberdade religiosa —que obteve 212.462 assinaturas— será defendida por d. Antônio Celso Queiroz, 54, bispo-auxiliar de São Paulo e secretário-geral da CNBB. Nessa emenda, a Igreja propõe que o Estado garanta a liberdade de culto no país.

A CNBB não conseguiu completar os dois milhões de assinaturas que pretendia recolher para as suas propostas porque 30% dos formulários, encaminhados às dioceses e paróquias, chegaram a Brasília sem os endereços ou sem os dados completos dos títulos dos eleitores.

Matuili Mayezo - 4.Fev.87

Banco de Dados



D. Luciano Mendes de Almeida



Cardeal d. Agnello Rossi

Sínodo debaterá o papel da mulher e dos leigos na Igreja

Da Reportagem Local

Um papel mais ativo da mulher nas instâncias de poder e de culto na Igreja Católica e uma maior autonomia pastoral do laicato católico, serão alguns dos temas centrais da 7ª Assembléia Geral Ordinária do Sínodo Mundial dos Bispos a ser realizada de 1º a 30 de outubro próximo, no Vaticano, sob a presidência do papa João Paulo 2º. Caberá a ele decidir se os leigos ficarão apenas como ouvintes, neste sínodo, ou se terão direito a voz, por exemplo, como pedem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do Brasil.

No início deste mês, as CEBs entregaram uma carta ao presidente do Conselho Pontifício para os Leigos do Vaticano, o cardeal argentino Eduardo Pironio, na sacristia da Catedral da Sé (centro de São Paulo), pedindo seu apoio para que a experiência dessas comunidades, organizadas em toda a América Latina, sessenta mil das quais atuantes no Brasil, seja considerada nos debates sinodais. A resposta inicial foi a de que caberá exclusivamente ao papa decidir sobre o assunto.

O que está previsto, no Vaticano, é que o Sínodo terá 231 bispos e sessenta observadores, a maioria dos quais leigos, para o debate sobre o tema "Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, há vinte anos do Concílio Vaticano 2º". Entre os participantes, 114 cardeais, arcebispos e bispos participam pela primeira vez de um Sínodo, enquanto 117 já estiveram noutras assembléias sinodais. Do total, 136 bispos trabalham em países do Terceiro Mundo e 95 são da Europa e América do Norte.

O Sínodo terá seis categorias de participantes: os delegados das Igrejas Orientais Católicas, das conferências episcopais, da União dos Superiores Gerais, os chefes dos dicastérios (organismos e serviços) da Cúria Romana, os convidados especiais do papa e os observadores. Sete bispos brasileiros participarão dos trabalhos sinodais. Quatro deles foram eleitos na Assembléia Geral da CNBB, realizada em abril último, em Itaici, município de Indaiatuba (99 km a noroeste de São Paulo): o próprio presidente da Conferência, d. Luciano Mendes de Almeida, o cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider (que também integra a Secretaria Geral do Sínodo), o bispo de Guarabira (PB) e responsável pelo setor de leigos da CNBB, d. Marcelo Carnevali e o bispo de Vitória da Conquista (BA), d. Celso José Pinto da Silva. Todos eles seguem uma linha "progressista".

Os três bispos brasileiros nomeados diretamente pelo papa foram o cardeal d. Agnello Rossi, presidente da Administração do Patrimônio da Sé Apostólica, do Vaticano, além dos arcebispos de Porto Alegre (RS), d. Cláudio Colling, e de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo, que seguem uma linha mais "conservadora" em termos eclesiológicos. A única leiga brasileira cuja participação está praticamente confirmada no Sínodo é Cristina Sá, membro do Conselho Pontifício para os Leigos, por indicação do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio de Araújo Sales.

Propostas do Brasil

O Sínodo dos Bispos é uma instância consultiva e não deliberativa que

ajuda o papa no governo da Igreja. Foi criado por Paulo 6º, em 15 de setembro de 1965, e confirmado pelo Concílio Vaticano 2º, em 28 de outubro desse mesmo ano. Até agora, foram realizados seis sínodos gerais e dois extraordinários (em 1969 sobre as conferências episcopais e em 1985 sobre os vinte anos do Concílio Vaticano 2º).

A preparação para o próximo Sínodo começou em 1983 quando a CNBB definiu a atenção pastoral ao laicato como uma das prioridades da ação da Igreja no período 1983-86. Essa decisão refletiu-se no fortalecimento do Conselho Nacional de Leigos (CNL), organismo ligado à CNBB. Recentemente, quatro leigos brasileiros participaram do Encontro Internacional do Laicato, em Roma, preparatório ao Sínodo.

Depois da escolha da delegação da CNBB para o Sínodo, em abril último, os bispos latino-americanos reuniram-se em Bogotá (Colômbia), entre os dias 3 e 7 últimos. Logo em seguida, de 7 a 9, realizou-se em Vargem Grande Paulista, município da Grande São Paulo, o Encontro Nacional de Leigos, com a presença do cardeal Eduardo Pironio e de aproximadamente quinhentos leigos, sessenta dos quais militantes das CEBs. Eles sugeriram aos bispos que vão ao Sínodo que a Igreja defina mais claramente sua posição sobre as contradições entre capital e trabalho, que ajude os leigos a ter uma participação maior e mais crítica na política, nos movimentos populares e sindicais e que abram, "sem demora", espaços para o debate sobre a participação da mulher "nos vários níveis de poder e de serviço na Igreja, inclusive no exercício dos ministérios" (o que inclui a discussão sobre o acesso da mulher ao sacerdócio). Sugeriram também que seja feita uma revalorização da religiosidade popular e que os seminaristas "sejam formados a partir da convivência com os trabalhadores pobres".

Quanto à "opção pelos pobres", o encontro dos leigos sugeriu que o Sínodo "ajude a Igreja a optar concretamente pelos pobres e pelos jovens, a nível mundial" e que "garanta apoio para a mais expressiva conquista da pastoral latino-americana, que é a construção do Reino a partir da opção da Igreja pelos pobres".

Há consenso, entre os dirigentes do CNL, de que, se os bispos quiserem que o Sínodo seja um acontecimento marcante, deverão repensar a teologia tradicional sobre o laicato, o que implica em fazer uma profunda revisão no atual modelo eclesial, ainda marcadamente hegemonizado pelo clero. A própria CNBB parece estar de acordo. Na assembléia realizada em abril, em Itaici, os bispos concluíram que a divisão de responsabilidades entre pastores e laicato, na Igreja, está sendo prejudicada por três fatores: "Ainda não foi superada a visão clerical; a grande maioria dos cristãos ainda não teve a oportunidade de fazer a experiência de uma Igreja-comunidade, participando, inclusive, das decisões, e os leigos sempre foram tutelados pela hierarquia, tratados mais como crianças; muitos leigos se clericalizam ao se fixarem mais no intra-eclesial, no culto, se esquivando do específico de sua missão como Igreja, no compromisso com a evangelização do mundo".